

Arruda Negócios e Participações S.A.
Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		154	33	Obrigações sociais		66	60
Dividendos a receber	6	12.560	6.500	Obrigações tributárias		12	10
Outros ativos circulantes		5	6	Obrigações com acionistas	8	13.457	6.000
		<u>12.719</u>	<u>6.539</u>			<u>13.535</u>	<u>6.070</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Dividendos a receber	6	8.788	7.647	Obrigações com acionistas	8	13.663	26.026
Investimentos	7	34.440	76.272			<u>13.663</u>	<u>26.026</u>
		<u>43.228</u>	<u>83.919</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	9	22.120	22.120
				Reserva de lucros	9	6.629	36.242
						<u>28.749</u>	<u>58.362</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>55.947</u>	<u>90.458</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>55.947</u>	<u>90.458</u>

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Arruda Negócios e Participações S.A.
Demonstração do Resultado
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial	7	(28.642)	34.747
Despesas Gerais e Administrativas	10	(976)	(530)
Outras receitas (despesas) operacionais		10	-
		<u>(29.608)</u>	<u>34.217</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(29.608)	34.217
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		(5)	(4)
		<u>(5)</u>	<u>(4)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(29.613)	34.213
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(29.613)	34.213

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Arruda Negócios e Participações S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Total
				Reserva especial	Total das Reservas de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		22.120	2.029	-	2.029	-	24.149
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	34.213	34.213
Constituição de reserva legal		-	1.711	-	1.711	(1.711)	-
Constituição/absorção de reserva especial	9	-	-	32.502	32.502	(32.502)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		22.120	3.740	32.502	36.242	-	58.362
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	(29.613)	(29.613)
Constituição/absorção de reserva especial	9	-	-	(29.613)	(29.613)	29.613	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		22.120	3.740	2.889	6.629	-	28.749

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Arruda Negócios e Participações S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício proveniente das operações continuadas		(29.613)	34.213
Despesas (Receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
- Resultado de equivalência patrimonial	7	28.642	(34.747)
- Outros		(10)	-
Geração Operacional		(981)	(534)
Aumento (Redução) no Passivo			
Obrigações sociais		6	38
Obrigações tributárias		2	9
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(973)	(487)
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Dividendos recebidos		6.000	6.597
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		6.000	6.597
3) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos a acionistas		(4.906)	(6.131)
Pagamento de mútuo		-	(25)
		(4.906)	(6.156)
(REDUÇÃO) / AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		121	(46)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
- Saldo de Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		33	79
- Saldo de Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		154	33
(REDUÇÃO) / AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		121	(46)

As Notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ARRUDA NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A (Sociedade) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada à Rodovia Dores de Campos/Barroso, s/n, Km2, sala 1, bairro/distrito Dores de Campos, na cidade de Dores de Campos/MG, CEP nº 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 34.719.250/0001-06 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3121144525-3, tem por objeto social a administração e participação no capital de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A sociedade iniciou suas atividades em 30/08/2019.

As principais atividades desenvolvidas por meio da sociedade controlada são:

a) Controlada

MARLUVAS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA (Marluvas): É uma sociedade empresária limitada, sediada à Rodovia Dores de Campos/Barroso, s/n, Km 2, bairro/distrito Dores de Campos, na cidade de Dores de Campos/MG, CEP nº 36.213-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.653.054/0001-84 e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3120051252-3, tem por objeto social: i) Fabricação de calçados, incluindo a respectiva montagem e acabamento e o “corte e costura de cabedais”; de equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios para calçados; (ii) Comércio por atacado e varejo de calçados, laminados, vaquetas, solas, tachas, raspas, equipamentos de proteção individual (EPI) e acessórios para calçados; (iii) Importação de matérias-primas para confecção de calçados tais como couro, microfibra, polioliol, resina, isocianato, pré-polímero, cola, bico, palmilha e outros acessórios para calçados; (iv) Importação de calçados e equipamentos de proteção individual (EPI); (v) Exportação de calçados e acessórios e equipamentos de proteção individual (EPI), seja por conta própria ou de terceiros; (vi) Depósito Fechado e (vii) Centro de distribuição de calçados e equipamentos de proteção individual (EPI).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FIANCEIRAS

Base de elaboração e Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), exceto quanto à NBC TG 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, que rege a respeito da necessidade da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas quando a Sociedade é controladora ou exerce influência significativa em um investida. Por motivos específicos da administração da Sociedade, não foi de interesse desta a apresentação consolidada de sua controlada.

A Sociedade não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes, conforme seria requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão destas Demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pela Administração em 25 de setembro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em nota explicativa.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e estão demonstradas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios, ou seja, a receita é reconhecida quando da prestação dos serviços correlatos, produtos vendidos e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos, independentemente se recebidos ou pagos. As receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

d) Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Sociedade opera e gera receita tributável. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

e) Continuidade operacional

A Sociedade preparou as suas Demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade operacional, não existindo qualquer indicativo de descontinuidade de suas operações, em especial na Marluvas Equipamentos de Segurança Limitada, de onde se originam os principais ativos e receita da Companhia.

f) Investimentos

Os investimentos da Sociedade em sua Controlada, a Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda., são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Sociedade no patrimônio líquido da investida a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação do Sociedade nos resultados operacionais da controlada.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Administração da Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o seu investimento, avaliando, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Administração calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a

Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os ativos financeiros para os quais são feitas estas análises incluem principalmente os dividendos a receber.

Ativo não financeiro: Os saldos de investimentos são revistos periodicamente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar a perda nestes ativos.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial são apurados primeiramente através dos seus valores nos mercados ativos. Quando isto não for possível, o seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, quando aplicável.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros determina que os ativos financeiros sejam classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ainda ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade, por sua vez, possui ativos financeiros classificados somente nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Sociedade na gestão dos seus ativos financeiros. Os ativos financeiros, independente da sua classificação, são reconhecidos na data de negociação, ou seja, na data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando o recebível for realizado ou tenham sido transferidos a terceiros, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são apresentados por categoria como segue:

ATIVOS FINANCEIROS	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	154	33
Mensurados ao custo amortizado		

Dividendos a receber	21.347	14.147
	<u>21.501</u>	<u>14.180</u>

PASSIVOS FINANCEIROS

Mensurados ao custo amortizado

Obrigações sociais	66	60
Obrigações tributárias	12	10
Obrigações com acionistas	<u>27.120</u>	<u>32.026</u>
	<u>27.198</u>	<u>32.096</u>

Ativos financeiros

a) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Sociedade (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras", dependendo do resultado obtido.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria por não serem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

c) Deterioração de ativos financeiros

A Sociedade avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Passivos financeiros

A NBC TG 48 – Instrumentos financeiros não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios até então adotados (CPC 39/IAS 39). A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Sociedade não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

A Sociedade reconhece títulos de dívida e outros passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, se aplicável.

6. DIVIDENDOS A RECEBER

Os dividendos a receber de R\$ 21.348 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.147 mil em 31 de dezembro de 2021) estão relacionados à parcela de Lucro a ser recebida por sua participação no capital da Marluvas Equipamentos de Segurança Ltda, que não apresenta nenhum histórico de inadimplência ou perda. Do saldo registrado em 2022, a expectativa da administração é de recebimento de R\$12.560 mil a curto prazo e o restante a longo prazo, ou seja, R\$ 8.787 mil após 31 de dezembro de 2023. A movimentação desta conta é assim demonstrada

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.863
Dividendos a receber	6.881
Recebimento de dividendos	(6.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.147
Dividendos a receber	13.201
Recebimento de dividendos	(6.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.348

7. INVESTIMENTOS

Refere-se ao investimento na Marluvas Equipamentos de Segurança Limitada, sobre o qual a Sociedade exerce influência significativa e controle. A movimentação do Investimento é assim demonstrada:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	48.406
Dividendos a serem distribuídos	(6.881)
Resultado de equivalência patrimonial	34.747
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.272
Dividendos a serem distribuídos	(13.201)
Resultado de equivalência patrimonial	(28.641)
Acerto participação no capital social	10
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.440

8. OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS

Em 2022, os acionistas da Companhia aprovaram através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos de R\$6.000 mil, originários das reservas de lucros apurados até o exercício de 2020. Deste montante, foi distribuído R\$ 4.906 mil. O saldo remanescente dos dividendos a pagar será distribuído em 24 meses após 31 de dezembro de 2022. A composição é a seguinte:

	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.157
Pagamento incorrido	(6.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	32.026
Pagamento incorrido	(4.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.120

A segregação desta obrigação entre circulante não circulante é a seguinte:

Obrigações com acionistas	31/12/2022	31/12/2021
Curto prazo	13.457	6.000
Longo prazo	13.663	26.026
	27.120	32.026

Ainda na Assembleia ocorrida em 2022, os acionistas deliberaram por unanimidade não efetuar a distribuição dos dividendos mínimo obrigatórios e mantê-los em Reserva Especial até que futuramente ocorra a decisão de destinação definitiva.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Sociedade está composto 22.119.545 ações ordinárias nominativas de R\$1,00 (um real) cada. O capital está dividido da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Capital Social	Participação
Sócio Majoritário 1	22.119.345	22.119	99,9991%
Sócio Majoritário 2	100	0,5	0,0005%
Sócio Majoritário 3	100	0,5	0,0005%
	22.119.545	22.120	100%

b) Reserva Legal

Constituída a base de 5% do lucro apurado no exercício, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social integralizado.

c) Reserva especial

Conforme definido na ata mencionada na nota explicativa nº 8, o lucro apurado do exercício de 2021 e 2022 foi destinado para constituição da reserva especial conforme regido pelo artigo 202, §4º e §5º da lei 6.404/1976.

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal		
Remuneração dos dirigentes	754	392
Previdência social	150	78
	904	470
Despesas diversas	72	60
	976	530

11. PARTES RELACIONADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de empresa investida	21.348	14.147
Valores a pagar para acionistas	27.120	32.026
Receita (despesa) em participação societária	(28.642)	34.747
Pagamentos efetuados para acionistas	4.906	6.131

Recebimentos de empresa investida	6.000	6.597
-----------------------------------	-------	-------

12. GESTÃO DE RISCOS

a) Risco de liquidez

É o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento deste risco é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade possua os recursos necessários para liquidar seus passivos nas datas de vencimento. A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que realiza o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. Como o principal crédito decorrer de recebíveis em empresa investida e sobre a qual possui influência significativa, a gestão deste risco é controlado pelo Administração e conjunto com os acionistas.

c) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. A Companhia não está exposta a este risco.

d) Risco de juros

A sociedade não possui instrumentos financeiros passivos com agentes externos, sendo o passivo de maior relevância senso as obrigações com dividendos a pagar. Portanto, não há exposição deste risco.

e) Risco regulatório

A Companhia não está exposta a risco regulatório.

Antônio Marcelo Arruda
Diretor Presidente

Fernanda Leticia Aliani Cardoso
Contadora: CRC-MG 119378
